



## **TERMO DE FOMENTO Nº 001/2020 – SEMUS**

**TERMO DE FOMENTO Nº 001/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GASPAR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE GASPAR**

O **MUNICÍPIO DE GASPAR**, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. KLEBER EDSON WAN-DALL, CPF nº 028.823.189-95, residente na Rua Industrial Leopoldo Schmalz, 50, apt. 703, Sete de Setembro, CEP 89114-742, GASPAR-SC, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR**, CNPJ nº 11.436.906/0001-70, com sede na Avenida Olga Wehmuth, 151, Sete de Setembro, CEP 89.114-736 – Gaspar/SC, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Senhor, Secretário Municipal de Saúde, CARLOS ROBERTO PEREIRA, portador do CPF nº 037.018.139-57, residente na Rua Rua Selma Zimmermann, nº 180 apt. 603 “B” - Bairro: Bela Vista – Gaspar SC, nomeado pelo Decreto nº 9.328, de 31 de Março de 2020, publicado no DOM no dia 02 de Abril de 2020, e a **REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE GASPAR**, inscrita no CNPJ sob nº 79.374.997/0001-08, com sede na Rua Industrial José Beduschi, nº 130, Bairro: Centro, CEP: 89110-001, Gaspar, Santa Catarina, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pela **PRESIDENTE**, Senhora Dilma Uliano Moser da Silva, portadora do CPF nº 309.001.829-20, residente na Rua Guilherme Sabel, nº 54 Bairro: Figueira, CEP: 89110-352, Gaspar/SC, **RESOLVEM** celebrar o presente termo de fomento, registrado sob o nº **001/2020** regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2019, na Lei 13.019/2014 de 31 de julho de 2014 Art. 31, II e Art. 1º da Lei 3580/2014, consoante o processo administrativo nº 001/2020 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **1 DO OBJETO**

O presente termo de fomento, **inexigível do chamamento público, com fulcro no art. 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014 e alterações, Lei Municipal nº 3580/2014 e Decreto Municipal n 900/2005**, tem por objeto a manutenção das despesas da entidade para mantê-la em pleno funcionamento, seu objetivo principal é prestar o serviço de exame citológico do colo do útero e do exame de mama gratuitamente na cidade de Gaspar, além do apoio e suporte de fisioterapia e psicologia com total conforto e comodidade aos pacientes que nos procuram.

**Gabinete do Secretário**

**2 DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

2.1 Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pelo Secretário Municipal de Saúde, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

**3 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

São obrigações dos Partícipes:

**3.1 DA CONCEDENTE:**

3.1.1 Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;

3.1.2 Transferir à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros previstos para a execução deste termo de fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

3.1.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste termo de fomento, comunicando à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

3.1.4 Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do termo de fomento e do seu plano de trabalho;

3.1.5 Analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira;

3.1.6 Retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

3.1.7 Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o CONCEDENTE assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei nº 13.019/2014;

3.1.8 Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e





**Gabinete do Secretário**

fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019/2014;

3.1.9 Prorrogar de ofício a vigência do termo de fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014;

3.1.10 Publicar, no Diário Oficial dos Municípios, extrato do termo de fomento; e

3.1.11 Analisar a prestação de contas relativa a este termo de fomento, nos termos da legislação aplicável.

**3.2 DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

3.2.1 Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste termo de fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014 e Instrução Normativa N. TC-014/2012;

3.2.2 Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente termo de fomento;

3.2.3 Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no termo de fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

3.2.4 Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste termo de fomento, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

3.2.5 Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;

3.2.6 Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

3.2.7 Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno e externos;

3.2.8 Submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

3.2.9 Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este





**Gabinete do Secretário**

termo de fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

3.2.10 Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

3.2.11 Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do termo de fomento, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019/2014, mantendo-o atualizado;

3.2.12 Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidos pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando sempre que houver alterações;

3.2.13 Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do termo de fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;

3.2.14 Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

3.2.15 Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este termo de fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

3.2.16 Facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste termo de fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

3.2.17 Permitir o livre acesso de conselheiros do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este termo de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

3.2.18 Manter, em seu sítio oficial na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

3.2.19 Prestar contas ao CONCEDENTE no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento do recurso, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do termo de fomento, nos termos do art. 58 da Instrução Normativa N. TC-014/2012, do art. 2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 900/2005 e capítulo IV da Lei nº 13.019/2014;



**Gabinete do Secretário**

3.2.20 Responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

3.2.21 Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do termo de fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

3.2.22 Formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, no caso de adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, nas hipóteses de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção;

3.2.23 Manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do termo de fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

3.2.24 Permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente termo de fomento;

3.2.25 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

3.2.26 Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

3.2.27 Apresentar relatórios semestrais contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos com a execução do projeto, detalhando a metodologia empregada para a execução das metas previstas no plano de trabalho, bem como análise do impacto social sobre o público-alvo beneficiado e sobre o problema e/ou demanda que deu origem ao projeto; e

3.2.28 Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

**4 DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, neste ato fixado em R\$30.000,00 (trinta mil reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso abaixo especificado:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	MESES								
	04/2020	05/2020	06/2020	07/2020	08/2020	09/2020	10/2020	11/2020	12/2020



**Gabinete do Secretário**

<b>Manutenção</b>	R\$ 6.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
<b>TOTAL:</b>	<b>R\$</b> 6.000,00	<b>R\$</b> 3.000,00	<b>R\$</b> 3.000,00	<b>R\$</b> 3.000,00	<b>R\$</b> 3.000,00	<b>R\$</b> 3.000,00	<b>R\$</b> 3.000,00	<b>R\$</b> 3.000,00	<b>R\$</b> 3.000,00	<b>R\$</b> 30.000,00

4.2 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 4.025/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 27 de dezembro de 2019, funcional programática 06.11.10.301.0026.2152.3.3.50. Ampliar, manter e equipar o fundo municipal de saúde, não será exigido contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

## 5 DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os recursos financeiros relativos ao repasse da CONCEDENTE serão depositados na agência nº 0921-0, conta corrente nº 119.215-9, banco nº 001 – Banco do Brasil, específica e isenta de tarifa bancária, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

5.2 Os recursos da parceria geridos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

5.3 Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

5.4 Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do termo de fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e anuência prévia do CONCEDENTE, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.5 A conta referida no caput desta Cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

## 6 DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1 O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente ao Plano de Trabalho, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As despesas decorrentes deste Termo de Fomento deverão seguir rigorosamente o Plano de Trabalho, constante no Anexo I do Termo de Fomento.

6.3 É vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:



**Gabinete do Secretário**

6.3.1 utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho; e

6.3.2 pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

6.4 Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final pelo CONCEDENTE e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

## **7 DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

7.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pelo CONCEDENTE, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

7.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

7.3 Para fins de comprovação das despesas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas, conforme art. 68 da Lei nº 13.019/2014.

## **8 DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

8.1 A execução do objeto da parceria será acompanhada pela CONCEDENTE por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas na CONCEDENTE.

8.2 As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes da CONCEDENTE, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

8.3 Fica designado Ângela Mara Knyreck Dall Agnol, inscrito no CPF

Página 7 de 16



**Gabinete do Secretário**

sob o nº 795.439.609-68, que atuará como gestora da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução com visitas in loco.

8.4 A CONCEDENTE realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas previstas neste termo de fomento, hipótese em que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

8.5 Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado na CONCEDENTE e enviado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

8.6 A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela CONCEDENTE, pelos órgãos de controle interno e externos competentes.

## **9 DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

9.1 O prazo de vigência deste termo de fomento será de 10 (dez) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

9.1.1 mediante termo aditivo, por solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pelo CONCEDENTE; e

9.1.2 de ofício, por iniciativa do CONCEDENTE quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

9.2 A prorrogação da vigência prevista no Item 9.1, apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do termo de fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pelo CONCEDENTE, considerando as seguintes situações:

9.2.1 alteração do Plano de Trabalho sugeridos pelo CONCEDENTE para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

9.2.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

9.2.3 ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

## **10 DA ALTERAÇÃO**





**Gabinete do Secretário**

10.1 Não é permitida a celebração de aditamento deste termo de colaboração com alteração da natureza do objeto.

## **11 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

11.1 A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam o CONCEDENTE avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexó de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

11.2 Para fins de prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar relatório de execução do objeto, ao CONCEDENTE, que conterá, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

11.2.1 a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

11.2.2 a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

11.2.3 os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

11.2.4 os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

11.2.5 informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

11.2.6 informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;

11.2.7 informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto; e

11.2.8 justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso.

11.3 O CONCEDENTE poderá dispensar a observância dos itens 11.2.5 à 11.2.7 quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

11.4 Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o CONCEDENTE exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:

11.4.1 a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano



**Gabinete do Secretário**

de trabalho;

11.4.2 o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

11.4.3 o extrato da conta bancária específica;

11.4.4 a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

11.4.5 a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

11.4.6 notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

11.5 A análise do relatório de execução financeira, quando exigido, será feita pelo CONCEDENTE e contemplará:

11.5.1 o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

11.5.2 a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

11.6 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter a guarda dos documentos relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

11.7 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar a prestação de contas final por meio de relatório de execução do objeto, comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias quando for o caso.

11.8 A análise da prestação de contas final pelo CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido nos relatórios do CONCEDENTE, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

11.8.1 o relatório final de execução do objeto;

11.8.2 os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;

11.8.3 relatório de visita técnica in loco, quando houver; e

11.8.4 relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

11.9 Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

11.10 Na hipótese de a análise de que trata a subcláusula décima concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que



**Gabinete do Secretário**

apresente relatório final de execução financeira.

11.11 Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os itens 11.5.1 a 11.5.4 quando já constarem do CONCEDENTE.

11.12 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar o disposto na Instrução Normativa n. TC - 014/2012, e o Decreto Municipal nº 900/2005 os seguintes prazos:

11.12.1 o relatório final de execução do objeto deverá ser entregue ao CONCEDENTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL; e

11.12.2 o relatório final de execução financeira deverá ser entregue a CONCEDENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado de sua notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

11.13 O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

11.13.1 aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

11.13.2 aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

11.13.3 rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

11.13.4 omissão no dever de prestar contas;

11.13.5 descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

11.13.6 dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

11.13.7 desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

11.14 A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria.

11.15 A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

11.16 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

11.16.1 apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Secretário Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

11.16.2 sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.



**Gabinete do Secretário**

11.17 Exaurida a fase recursal, o CONCEDENTE deverá:

11.17.1 no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar no CONCEDENTE as causas das ressalvas; e

11.17.2 no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

11.17.2.1 devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

11.17.2.2 solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento ou de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019/2014.

11.18 O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

11.19 O CONCEDENTE deverá manifestar-se sobre a solicitação de que trata o item 11.17.2.2 no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Secretário Municipal.

11.20 A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

11.21 Na hipótese do item 11.17.2, o não ressarcimento ao erário ensejará:

11.21.1 a instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

11.21.2 o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no CONCEDENTE, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública municipal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

11.22 O transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima terceira, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

11.22.1 não impede que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

11.22.2 não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

11.23 Se o transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima terceira, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da CONCEDENTE, sem que se constate dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o



**Gabinete do Secretário**

final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela CONCEDENTE, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**12 DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

12.1 O presente termo de fomento poderá ser:

12.1.1 denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

12.1.2 rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

12.1.2.1 utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

12.1.2.2 inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

12.1.2.3 constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado e;

12.1.2.4 verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

**13 DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

13.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste termo de fomento, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes, bem como os bens materiais permanentes adquiridos por ela com os recursos provenientes da parceria.

13.2 Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

13.2.1 o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

13.2.2 os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

13.2.3 o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

13.3 A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.



**Gabinete do Secretário**

13.4 Os débitos a serem restituídos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

13.4.1 nos casos em que for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de cento e cinquenta dias de análise da prestação de contas final pela mesma; e

13.4.2 nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

13.4.2.1 do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

13.4.2.2 do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste item, com subtração de eventual período de inércia do CONCEDENTE quanto ao prazo de cento e cinquenta dias de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal.

**14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

14.1 Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019/2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

14.1.1 advertência;

14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a comissão do CONCEDENTE, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 A CONCEDENTE determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

14.2.1 caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

14.2.2 no caso de rejeição da prestação de contas, caso a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a



**Gabinete do Secretário**

prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019/2014.

**15 DA AÇÃO PROMOCIONAL**

15.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente termo de fomento, será obrigatoriamente destacada a participação do CONCEDENTE, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição Federal.

15.2 Primeira. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá disponibilizar para o CONCEDENTE a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

15.3 O CONCEDENTE fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

15.4 Para garantir acessibilidade ao conteúdo das publicações, todo material produzido deverá apresentar os seguintes dispositivos:

15.4.1 toda obra impressa dever ser acompanhada de mídia digital acessível contendo, ao menos, um formato de texto com descrição das imagens;

15.4.2 a impressão em Braille poderá ser exigida a depender da tiragem, plano de distribuição previsto no projeto aprovado e análise do Comitê Editorial da CONCEDENTE;

15.4.3 no caso de obra audiovisual, serão exigidos, no mínimo, legenda, janela com intérprete de libras, áudio descrição e menu com áudio; e

15.4.4 no caso de obra de áudio, deverá ser disponibilizada a transcrição em texto.

**16 DOS BENS REMANESCENTES**

16.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**17 DA DIVULGAÇÃO**

17.1 Em razão do presente termo de fomento, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a



**Gabinete do Secretário**

participação do CONCEDENTE.

17.2 A publicidade de todos os atos derivados do presente termo de fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**18 DA PUBLICAÇÃO**

18.1 A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE.

**19 DO FORO**

19.1 É obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais litígios decorrentes da execução do termo de fomento, não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste termo de fomento, o foro da Comarca de Gaspar.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Gaspar, 28 de Abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Gaspar  
Kleber Edson Wan-dall  
Prefeito

**KLEBER EDSON WAN- DALL**  
Prefeito Municipal  
CPF nº 028.823.189-95

**CARLOS ROBERTO PEREIRA**  
Secretário Municipal de Saúde  
CPF nº 037.018.139-57

**DILMA ULIANO MOSER DA SILVA**  
Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Gaspar  
CPF nº 639.409.309-20

Testemunhas:

NOME: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_